



Na discussão da matéria em plenário, parlamentares enfatizaram a importância de institucionalizar as ONGs como um “terceiro setor”, complementar ao poder público e ao setor privado com fins lucrativos

## Plenário aprova projeto de lei que disciplina funcionamento das ONGs

Prestar atendimento às camadas de renda mais baixa da população é o principal objetivo dessas entidades, que, no texto acolhido pelos senadores, são denominadas “organizações da sociedade civil de interesse público”

### NOVA LEGISLATURA

## Mais quatro comissões definem seus presidentes

Quatro comissões se instalaram e elegeram ontem os seus presidentes. O senador Romero Jucá presidirá a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). A senadora Emília Fernandes, a Comissão de Infra-Estrutura (CI). O senador Osmar Dias, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). E o senador Freitas Neto, a Comissão de Educação (CE).

PÁGINA 7



Osmar Dias



Romero Jucá



Emília Fernandes



Freitas Neto

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que regula o funcionamento das organizações não-governamentais (ONGs).

Rebatizadas com o nome de “organizações da sociedade civil de interesse público”, elas têm como missão prioritária atender a população de baixa renda. O projeto prevê a destinação de recursos públicos – da União, dos estados e dos municípios – para que essas entidades cumpram o seu papel.

A aprovação se deu em regime de “urgência urgentíssima”, apesar de alguns senadores terem pedido maior tempo para a discussão do assunto.

PÁGINA 3



Lúcio Alcântara disse que o exemplo de Werneck Sodré merece ser seguido

## Lúcio Alcântara reverencia a memória de Werneck Sodré

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lamentou a morte do militar e escritor Nelson Werneck Sodré, ocorrida no último dia 13 de janeiro. Ele lembrou que Werneck Sodré nasceu no Rio de Janeiro, em 1911, e que sua vida como militar foi narrada em *Memoórias de um Soldado*, livro que relata, segundo o senador, além das experiências pessoais do autor, relevantes fatos da História do Brasil.

Segundo o senador, a obra de Werneck Sodré é marcada por um esforço pioneiro em empregar de modo sistemático o método materialista-histórico para a compreensão da história, da sociedade e da cultura brasileiras.

Depois de destacar a passagem de Werneck Sodré pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), do qual fora um dos fundadores, pela diretoria do Clube Militar e pela Escola do Estado-Maior, na qualidade de professor, e de "sua valiosa obra literária", Lúcio Alcântara disse que o militar nunca escondeu suas posições políticas de esquerda, o que lhe valeu, com o advento do regime militar de 1964, a cassação de seus direitos políticos.

— Ao enfatizar que Werneck Sodré continuou denunciando os desmandos do regime militar, Alcântara acrescentou que, "pela valiosa obra que deixou, pelo digno e coerente exemplo de vida, o nome de Werneck Sodré deve ser lembrado; e sua obra, estudada; e seu exemplo, seguido".

# Plenário vota na quinta-feira emenda de juizados especiais

Proposta a ser apreciada em segundo turno prevê julgamento rápido de processos de pequeno valor que envolvam o governo federal

O plenário do Senado votará em segundo turno, na próxima quinta-feira, a proposta de emenda constitucional que cria na Justiça Federal os juizados especiais, conhecidos por juizados de pequenas causas. Se aprovada, a emenda será promulgada em seguida pelas mesas do Senado e da Câmara, entrando em vigor assim que o texto for publicado no *Diário Oficial*. Para que os juizados funcionem, no entanto, ainda haverá necessidade de uma lei que regulamente seu funcionamento.

Com os novos juizados, será acelerado o julgamento dos processos de pequeno valor que envolvem o governo federal, incluindo reajustes de prestação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), pagamento de benefícios pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e indenizações que as pessoas reivindicam de órgãos federais. A Constituição de 1988 havia criado, e já funcionam, os juizados de pequenas causas, para assuntos penais e matérias cíveis, mas apenas



José Fogaça, relator da emenda constitucional, apresentou parecer favorável à proposta

no âmbito das justiças estaduais. Agora, eles estão sendo estendidos à Justiça Federal.

A proposta de mudança constitucional recebeu parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no plenário, o qual destacou que os novos juizados especiais ficarão também encarregados de julgar as infrações "de menor po-

tencial ofensivo".

A grande vantagem desses juizados é a rapidez no julgamento, que ocorre no máximo em duas sessões. Além disso, os envolvidos podem fazer defesa de forma oral, dispensando até mesmo advogados. Na votação de primeiro turno, o projeto foi aprovado por unanimidade pelos senadores.

Ainda na próxima semana, o plenário começará a discussão, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que obriga a União, os estados e os municípios a destinar verbas para o Sistema Único de Saúde (SUS), que repassa dinheiro para hospitais estaduais, municipais e conveniados para atendimento público gratuito.

O projeto também foi aprovado por unanimidade no primeiro turno e, se aprovado em segundo turno, será remetido à apreciação dos deputados. A votação da proposta está marcada para o dia 24 deste mês.

## CAE analisará empréstimos de US\$ 279 milhões junto ao BID e ao Bird

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), reúne-se na terça-feira, a partir das 10h, para analisar três pedidos de empréstimos internacionais, oriundos da Presidência da República, no valor total de US\$ 279 milhões. Os empréstimos serão contratados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Mensagem nº 726/98 pede autorização para um empréstimo

junto ao Bird, no valor de US\$ 5 milhões, para financiamento parcial do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep). Será analisada também a Mensagem nº 67/99, que requer autorização para a contratação de um empréstimo junto ao BID, destinado ao financiamento do Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente – Fase II – 1ª Etapa. O valor total do financiamento é de US\$ 24 milhões.

Outra mensagem examinada é a de nº 68/99, que solicita autorização para a contratação de um

empréstimo no valor de US\$ 250 milhões, junto ao BID, destinado ao financiamento do Programa de Melhoramento de Bairros (Habitar-Brasil).

A CAE ainda analisa nessa reunião o Projeto de Lei da Câmara nº 01/96, que institui, para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em usinas nucleares instaladas em seu território. Por enquanto, essa medida beneficia apenas o Rio de Janeiro, por ser o único estado onde existem usinas nucleares em semifuncionamento.

## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 1999

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

Segunda-feira (15.3.99)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (16.3.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da "PEC nº 1/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais federais); "PDL nº 26/98, que aprova o ato que renova a permissão à Rádio Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis (SC); e "PDL nº 29/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sertão Central Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Senador Pompeu (CE).

Quarta-feira (17.3.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, da "PEC nº 1/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais federais); "PDL nº 31/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Tapajós Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém (PA); "PDL nº 34/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para explorar serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens na cidade de São Paulo (SP); "Parecer nº 96/99, sobre a Mensagem nº 59/99 (nº 124/99, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Amari Serralvo para exercer o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); "Parecer nº 97/99, sobre a Mensagem nº 60/99, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor João Bosco Leopoldino da Fonseca para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e "Parecer nº 98/99, sobre a Mensagem nº 64/99 (nº 150/99, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Walton Alencar Rodrigues para exercer o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.

Quinta-feira (18.3.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da "PEC nº 1/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais federais); e primeiro dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à "PEC nº 19/97, que altera os arts. 34, inciso VII, alínea "e", 35, inciso III, 167, inciso IV, e 198, da Constituição federal, que dispõem sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.

Sexta-feira (19.3.99)

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Aprovado projeto que regula ação das ONGs

Texto acatado atribui a essas organizações papel complementar no atendimento às camadas mais pobres da população do país

O Senado aprovou ontem projeto de lei que institucionaliza as organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil, disciplinando sua atuação e os termos em que podem estabelecer parcerias com os governos federal, estaduais e municipais. Em manhã de plenário cheio – mais de 70 senadores presentes –, a aprovação foi simbólica, com o voto contrário do senador Roberto Requião (PMDB-PR) e abstenção do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Para o relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), o projeto é inovador e revolucionário, por criar condições de atendimento das camadas mais carentes da população por meio de um “terceiro setor”, que não é público nem privado com fins lucrativos. “As vantagens são múltiplas porque o Estado não tem recursos para atender adequadamente essa população, enquanto o setor privado não tem interesse na tarefa porque não dá lucro”, afirmou.

O projeto cria as “organizações da sociedade civil de interesse público”, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que não podem ser sociedades comerciais, sindicatos, instituições religiosas, planos de saúde, organizações partidárias, hospitais ou escolas não gratuitas. Elas poderão receber verbas públicas federais, estaduais e municipais, para promover a assistência social, a cultura, a defesa do patrimônio histórico e do meio ambiente, o combate à pobreza, assessoria jurídica



Relator da matéria, o senador Edison Lobão destacou o caráter “inovador” da iniciativa

gratuita e o atendimento de saúde e educação, entre outras atividades.

Em face de sua tramitação em regime de “urgência urgentíssima”, sem o exame nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, a matéria suscitou ampla discussão. Segundo o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto deveria ser melhor estudado. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) propôs o adiamento da votação para a próxima quarta-feira, mas foi voto vencido.

A líder das oposições, Marina Silva (PT-AC), argumentou que o projeto foi amplamente debatido durante sua tramitação na Câmara dos Deputados, onde houve audiências públicas com a participação do governo federal e de entidades que congregam mais de mil ONGs. “O governo acerta quando reconhece não ser capaz de atender às necessidades de parcelas importantes da população e posso atestar que a ação

das ONGs, pelo menos na Amazônia, é da melhor qualidade.”

Os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA), Paulo Souto (PFL-BA), José Fogaça (PMDB-RS), Paulo Hartung (PSDB-ES), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Roberto Freire (PPS-PE) ressaltaram aspectos positivos do projeto, que, ao institucionalizar o processo de transferência dos serviços públicos para o chamado “terceiro setor”, cria condições de parceria e a possibilidade de dotações orçamentárias públicas, sem prejuízo dos controles contábeis oficiais, inclusive tribunais de contas e Ministério Público.

O senador Roberto Requião foi o único a declarar sua posição contrária ao projeto, argumentando que ele “descentraliza de maneira anárquica”, dando independência de ação a organizações privadas, que usam recursos públicos. “É uma fantasia libertária”, criticou. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) manifestou sua decisão de se abster, por não ter tido suficiente tempo para estudar o projeto. “Sou contrário ao mecanismo de ‘rolo compressor’, de votar sem que o assunto seja estudado nas comissões.”

*Ressaltando a importância do assunto, alguns senadores protestaram contra a pressa com que se deu a sua tramitação*

## CAS discute proposta que altera critérios para as demissões por justa causa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) voltará a examinar o substitutivo do Senado a projeto de lei da Câmara que altera artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que trata da demissão por justa causa. Os senadores encerraram ontem a discussão, em turno suplementar no plenário, do substitutivo, que retornará à CAS.

Pelo substitutivo, o empregado

demitido por justa causa deverá ser comunicado, por escrito, pelo empregador, no ato da demissão, com indicação expressa dos motivos da dispensa.

O projeto inclui ainda na CLT a exigência de restabelecimento do contrato de trabalho, caso fique comprovado em juízo que a demissão do empregado ocorreu por motivo de discriminação política, ideológica, reli-

giosa ou sexual.

O plenário aprovou também requerimento adiando para abril a votação do projeto de lei da Câmara que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas) a doar à Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, imóveis para instalação de centros de estudo e pesquisa.

## Antonio Carlos diz preferir críticas à agilidade do que ao atraso nas votações

Diante de ponderações dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) de que o projeto institucionalizando as ONGs no Brasil estava tendo tramitação muito rápida, impedindo seu exame mais cuidadoso na Casa, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou preferir ser criticado por agilizar as votações do que por emperrá-las. Para Antonio Carlos, o projeto não passou pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania ou de Assuntos Sociais porque elas ainda não

havam sido instaladas. Por outro lado, a urgência para a tramitação do projeto havia sido pedida pelas lideranças partidárias, caso em que a inclusão na Ordem do Dia se dá duas sessões depois. – O projeto veio da Câmara, onde também tramitou em regime de urgência. Por isso, é bom que o Senado não retarde sua apreciação – afirmou Antonio Carlos, acrescentando que “gostaria que a Câmara também agilizasse projetos já aprovados no Senado. Há várias propostas nossas paradas por lá”.



ACM sugeriu que a Câmara dos Deputados também apresse a tramitação de matérias já aprovadas pelo Senado



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1999 (nº 4.690/98, na Casa de origem). Presidente da República. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

**Resultado:** Aprovado. À Sanção.

2

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1994 (nº 1.306/91, na Casa de origem). Acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho. Parecer sob nº 78, de 1999, da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido.

**Resultado:** Lidas as Emendas nºs 1 e 2 - Plen, de autoria da senadora Marina Silva. A matéria volta à CAS.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1998 (nº 3.192/97, na Casa de origem). Altera a Lei nº 7.674, de 4 de outubro de 1988, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa. Parecer nº 6/99-CCJ, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável.

**Resultado:** Lido e aprovado requerimento dos senadores Romeu Tuma e Jader Barbalho de adiamento da discussão para o dia 22/04/99.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

# Maldaner pede medidas para conter a recessão

Senador cobra ações para diminuir o sofrimento dos trabalhadores desempregados e dos que perderam poder aquisitivo

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem maior atuação do governo para reverter "os efeitos deletérios da recessão" em que o país começa a mergulhar. Para o parlamentar, o governo não pode ficar inerte, esperando a situação melhorar apenas no segundo semestre.

Maldaner advertiu que o governo federal precisa fazer alguma coisa "para minorar o

sofrimento da legião de desempregados e mesmo dos empregados que vêem o poder aquisitivo de seu salário em queda livre". Ele sugeriu um aprofundamento do programa de salário-desemprego, "de forma a atingir um maior número de desempregados durante um período mais longo". Sugeriu também que se amplie a abrangência dos programas sociais coordenados pelo Comunidade Solidária, atingindo a periferia das grandes cidades.

## EFEITOS

O senador reconheceu que um programa para minimizar os efeitos da recessão implica um aumento de gastos, mas lembrou que a competência para governar nada mais é do que a eleição de prioridades: "cortar o que pode ser cortado e aumentar gastos no que deve ser priorizado". Ele criticou a mentali-



Maldaner: Estado deve cuidar do desenvolvimento social e não apenas do econômico

dade dominante no governo, de "excessiva preocupação com indicadores de conjuntura econômica em prejuízo dos indicadores sociais".

— É necessário que o Estado brasileiro cumpra a função de promover não apenas o desenvolvimento econômico, mas também o desenvolvimento social, para que o Brasil deixe, um dia, de ser o país das desigualdades alarmantes,

dos péssimos indicadores de desenvolvimento humano, da miséria e da fome, e se converta em verdadeira nação solidária e humana — afirmou.

## SÍSIFO

Casildo Maldaner lamentou os cinco anos de esforços para manter o Plano Real, quando houve baixo crescimento econômico e grande aumento da dívida pública. Ele comparou a tarefa de controlar a inflação no Brasil com o mito de Sísifo. Segundo a lenda grega, Sísifo, rei de Corinto, tendo escapado a Thánatos, o deus da morte — enviado por Zeus para castigá-lo —, foi levado por Hermes ao Inferno e lá condenado ao suplício de rolar uma rocha até o cimo de um monte, de onde ela despencava, devendo o condenado recomeçar incessantemente o trabalho.

# Patrocínio reivindica política de apoio ao cinema nacional

As recentes indicações de filmes brasileiros para o Oscar e a instituição da Lei do Audiovisual — que permitiu a captação de R\$ 74,8 milhões em 1997 — indicam uma melhora na produção cinematográfica brasileira, mas não caracterizam uma política de apoio ao cinema. Essa é a opinião expressa pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) em discurso ontem no plenário.

— Devemos passar a questionar se o cinema brasileiro, mesmo com o reconhecimento lá fora, terá condições de sobreviver e continuar criando obras de valor — afirmou Patrocínio.

O senador apontou uma redução de 45% nos investimentos realizados no cinema pelas empresas brasileiras, em troca de benefícios previstos na Lei do Audiovisual. Ele chegou a esses números ao comparar o volume de recursos de 1998 com o ano anterior.

O agravamento da crise econômica, na avaliação do senador, indica dificuldades ainda maiores. Ele apontou ris-

cos de um colapso na produção cinematográfica brasileira.

Para Patrocínio, outros canais de captação de recursos devem ser criados. Como sugestão, o senador listou a abertura de uma linha de crédito específica para o cinema, o aumento da fiscalização da cobrança da contribuição por registro de filme estrangeiro e a criação de um fundo voltado para a divulgação e distribuição dos filmes brasileiros.

— O risco de interrupção da produção cinematográfica brasileira é concreto, mas pode ser superado — declarou Patrocínio, que também comentou o significado das indicações deste ano para o Oscar.

Patrocínio acredita que os prêmios já recebidos pelo filme *Central do Brasil*, além da indicação na categoria de melhor filme estrangeiro, significam o reconhecimento do trabalho de Walter Salles Jr. e de toda a sua equipe de profissionais. Da mesma forma, o senador acredita que a indicação de Fernanda

O senador afirmou não ter dúvida de que o quadro atual é desolador, com inflação de 3,5% no último mês e a previsão de atingir 17% ou mais até o final do ano. A cesta básica, lembrou, já custa R\$ 159,00, o que representa 22% a mais do que o salário mínimo. O desemprego já atinge 7,73% da população economicamente ativa (PEA), mesmo medido por um índice conservador como a taxa de desemprego aberto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, o acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê a diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) entre 3% e 4% este ano.

## ERROS

O parlamentar enumerou os erros cometidos pelo governo que colocaram "a perder o plano de estabilização mais competente que se montou desde a redemocratização do país". O primeiro foi a falta de uma maior disciplina fiscal, levando o Plano Real a apoiar-se exclusivamente na âncora monetária — ou seja, os juros altos — e na âncora cambial — o real valorizado.

O segundo foi a ausência de controle dos capitais especulativos de curto prazo. O terceiro erro arrolado pelo senador foi a falta de prudência na abertura comercial, com a baixa de tarifas de importação, favorecendo os Estados Unidos e a União Européia, sem as contrapartidas devidas. Por fim, lembrou que o governo demorou demais a desvalorizar a moeda.



Carlos Patrocínio vê "risco concreto" de interrupção da atividade cinematográfica

Montenegro torna evidente no exterior o "incontestável talento" da atriz.

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) revelou que teve a honra de conviver com Fernanda Montenegro quando, como prefeito, inaugurou o espaço cultural de Palmas, capital de Tocantins.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse estar convicto de que a película de Walter Salles Jr. merece ganhar o prêmio máximo da indústria cinematográfica norte-americana pela superioridade do filme em avaliar os problemas sociais do Brasil.

# Heloísa Helena propõe comissão para debater reforma do Judiciário

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou ontem sua preocupação com o que tem sido veiculado na imprensa nacional em torno da reforma do Poder Judiciário. Com o propósito de contribuir para que as discussões ocorram em um nível elevado, ela encaminhou requerimento à Mesa propondo a criação de uma comissão especial, destinada a promover audiências públicas com representantes do Judiciário e da sociedade civil sobre a reforma.

— Não tenho dúvidas de que muitas acusações levantadas em torno do Poder Judiciário são pertinentes, porém, a partir do momento em que se tornam acusações estereótipos, impossibilitam que possamos fazer um grande



Heloísa Helena quer fixar limite de gastos do Poder Judiciário

debate em relação a mecanismos eficazes para que possamos realizar a reforma do Judiciário — comentou Heloísa Helena.

Na próxima segunda-feira (dia 15), segundo informou, a senadora por Alagoas apresentará um projeto que limita os percentuais de comprometimento do Judiciário em relação à receita líquida e real dos estados. Heloísa Helena opinou que esta medida, juntamente com a definição de limites para a autonomia da gestão administrativa e financeira entre os poderes, é ponto importante que deve ser incluído no debate da reforma do Judiciário.

# Luiz Otávio cobra papel social da Vale do Rio Doce

A Companhia Vale do Rio Doce, que extrai anualmente 50 milhões de toneladas de ferro do subsolo do Pará e obteve lucro de R\$ 1,029 bilhão no ano passado, deveria desempenhar melhor seu papel social para contribuir com o desenvolvimento regional e aumentar o índice de emprego no estado, afirmou o senador Luiz Otávio (PPB-PA). Em discurso ontem no plenário, o senador disse que há distorções entre o lucro da Vale os resultados para o estado do Pará.

— Atualmente, graças à Lei Kandir, a Vale recolhe aos cofres do estado algo em torno de R\$ 300 mil, o que paga em impostos um supermercado da Doca de Souza Franco. O empreendimento da Vale não deve continuar como uma lucrativa economia encravada na região sem internalizar os seus resultados, em termos de incremento do PIB regional — disse. Além da extração do ferro, a Vale retira anualmente do estado 11 toneladas de ouro, 8,5 milhões de toneladas de bauxita e milhares de toneladas de manganês e caulim, segundo Luiz Otávio.

O senador elogiou os empreendimentos feitos pelo governo federal e estadual na Amazônia. Dentre eles, o Projeto Tramaeste, que aumentou a produção de energia elétrica na região, ao lado da Hidrelétrica de Tucuruí. Essa nova linha de transmissão, segundo o senador, beneficiará 12 municípios e 126 localidades, atravessando a floresta amazônica.

A cidade de Santarém, no Pará, será transformada num dos principais pólos turísticos da região, observou, e a nova oferta de energia também propiciará a implantação de várias indústrias de bens intermediários e embalagens, que atenderão a Zona Franca de Manaus e trarão



Luiz Otávio criticou os ministros que representam o PPB no governo e disse que deputados também reclamam

ganhos para a região.

## PPB

O senador disse que a maior parte dos integrantes do PPB está insatisfeita com a atuação dos dois ministros do partido no governo, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, e o da Agricultura, Francisco Turra. As críticas recaíram principalmente sobre Turra.

— Ouvi muitas reclamações contra o ministro da Agricultura da maioria dos deputados da bancada. Se outros partidos e estados estão satisfeitos com sua atuação, parabéns, mas o Pará e o PPB não estão satisfeitos — afirmou.

Em defesa de Turra, Pedro Simon (PMDB-RS) fez um aparte dizendo que o PPB do Rio Grande do Sul está satisfeito com o ministro. Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou o discurso de Luiz Otávio e sua posição de fidelidade à linha do partido, e disse que, certamente, o ministro da Agricultura está pronto para receber um telefonema de Luiz Otávio para conversarem sobre o assunto.



Antonio Carlos Valadares prevê que privatização da empresa começará por BR Distribuidora

## Valadares acusa governo de enfraquecer Petrobras

Apesar de o presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato, ter enviado ao Senado carta em que se comprometia a não incluir a Petrobras no rol de estatais a serem privatizadas, o governo está desencadeando ações no sentido de enfraquecer a estatal e, posteriormente, levá-la a leilão, afirmou ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Para o senador, não são tranquilizadoras declarações recentes do presidente da República, que teria substituído o termo "privatização" por "racionalização" com vistas a adaptar a empresa "aos novos tempos".

Com base em artigo publicado pelo *Jornal do Brasil* no último dia 9, Valadares destacou ações do governo federal que tendem a enfraquecer o poder de competição da Petrobras no mundo, como o corte nos investimentos da estatal em 1999, de US\$ 5 bilhões para US\$ 2 bilhões; a suspensão de novas parcerias da Petrobras na exploração e produção de campos de petróleo; a suspensão da parceria com o Grupo Odebrecht para a construção do Pólo Petroquímico de Paulínia (SP); o cancelamento de áreas de exploração concedidas à Petrobras, que serão devolvidas à Agência Nacional de Petróleo (ANP); e a eliminação das campanhas publicitárias que enaltecem as conquistas tecnológicas e operacionais da empresa.

O governo também estaria promovendo, segundo Valadares, o desmantelamento do Cenpes, "consagrado centro de pesquisas que possibilitou à Petrobras tornar-se líder mundial na exploração petrolífera em águas profundas". A privatização da estatal, continuou o senador, seria iniciada com a venda das refinarias, dos dutos e da BR Distribuidora, "o setor mais rentável da cadeia produtiva de petróleo".

# Maguito reage a denúncia de desvio

Senador nega que tenha utilizado dinheiro da extinta Caixa para financiar campanha eleitoral e acusa governador Marconi Perillo de tentar "manchar imagem política do PMDB"

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) rebateu ontem as denúncias de desvio de dinheiro da extinta Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego) envolvendo o seu partido. Da tribuna do plenário, ele negou ter participação no processo de negociação de direitos trabalhistas dos ex-servidores da Caixego, de onde, segundo denúncias feitas pelo Ministério Público Federal (MPF), teriam saído recursos para a campanha do PMDB de Goiás de 1998.

– Não tenho nada a temer e nem a esconder. Mesmo com a falta de indícios que me envolvam, se o Supremo Tribunal Federal entender ser necessário abrir investigação sobre a minha participação no episódio, estarei pronto a colaborar. Eu tenho o maior interesse de que esse caso seja apurado a fundo – disse Maguito.

Ao mesmo tempo, o senador se mostrou indignado com o que chamou de "pré-julgamentos e ações arbitrárias" do Ministério Público. Segundo ele, não foi dado nenhum direito de defesa ao suplente de senador Otoniel Machado (PMDB-GO). Maguito, governador de Goiás entre 1995 e 1998, também denunciou o fato de que o procurador que cuida do caso, Hélio Têlho, é antigo desafeto do senador Iris Rezende.

– A parcialidade ficou clara na condução do caso. Antes de ser ouvido, o senador Otoniel já foi julgado e condenado. Não podemos permitir que ações claramente motivadas por diferenças pessoais e políticas se sobreponham ao Direito – declarou o senador.

Para Maguito, os recentes episódios ocorridos em Goiás representam uma "ação raivosa e hipócrita de um



Maguito Vilela afirmou que abre mão de seu sigilo bancário e de sua imunidade parlamentar

governo movido pelo ódio e que tenta manchar a imagem política do PMDB". A prisão de Otoniel, continuou, foi uma tentativa de prejudicar não apenas a sua imagem como a de Iris Rezende.

### DESAFIO

O ex-governador listou processos existentes contra o atual governador de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB, no Ministério Público. Segundo ele, trata-se de um governo inoperante, que atrasa os salários dos servidores e esconde "sua incompetência com denúncias mentirosas e levianas".

Maguito citou denúncias de que Perillo teria recebido propina em troca de liberação de recursos federais para a construção de uma escola no município de Itapaci. Ele disse que um irmão do governador teria adquirido uma fazenda no valor de R\$ 1 milhão, apesar de receber salário de R\$ 800 mensais.

– Além de não explicar como seu irmão conseguiu comprar tal bem com o salário que recebe, o governador tenta agora vender a propriedade ao Incra com valor superfatu-

rado – atacou Maguito.

A denúncia de compra de votos de deputados estaduais na eleição da Mesa Diretora da Assembléia de Goiás, feita por uma rádio de Goiânia, também foi mencionada pelo senador. Segundo ele, Perillo tenta barrar a qualquer custo uma CPI para apurar o assunto.

O senador ainda fez um desafio público ao governador:

– Eu abro mão de meu sigilo bancário, assim como de toda a minha família. Abro mão de minha imunidade parlamentar desde que ele faça o mesmo. Se encontrarem um centavo que eu ou minha família tenhamos ganho desonestamente, renuncio ao meu mandato. Desde que ele se comprometa a fazer o mesmo se ficar provado que dinheiro de corrupção foi parar em suas mãos – declarou Maguito, que estendeu o desafio ao prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, contra quem também existiriam processos no Ministério Público de Goiás.

O senador anunciou que irá questionar a razão de os processos contra o prefeito e o governador estarem paralisados. Segundo ele, desde que Perillo assumiu o governo, as acusações contra membros do PMDB andam "a passos largos, conduzidas da forma mais arbitrária possível".

– Eu gostaria de fazer um alerta para que o Ministério Público trabalhe com a imparcialidade com que deve agir. Exijo transparência e isenção nas investigações. Não podemos permitir que pessoas de bem, num momento de inteira liberdade democrática, possam ser vítimas de arbitrariedades só vistas nos tempos da ditadura – conclamou.

## Senadores demonstram solidariedade

Os senadores que apartearam o discurso do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) foram unânimes em solidarizar-se com ele e o senador Iris Rezende (PMDB-GO), envolvidos em denúncias do Ministério Público Federal de desvio de recursos para a campanha eleitoral do ano passado.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) acredita que a manifestação é digna de credibilidade pela emoção com que foi feita. O senador pelo Maranhão disse saber da história de Maguito e do bom governante e estadista que é. Lobão ainda referiu-se ao sofrimento de Iris Rezende com essa "perseguição inominável de que está sendo vítima", junto com sua família.

Para o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), Maguito já foi julgado nas eleições pelo fato de ter obtido os melhores índices de aprovação da população como governador.

– Apesar da indignação, pelo dano de sua imagem junto com Iris Rezende, Vossa Excelência mostra equilíbrio e não se recusa à apuração. O que recusa é ser condenado por antecipação. Estou horrorizado pela irresponsabilidade e pelos motivos apontados para a prisão do senador Otoniel Machado. O PMDB não pode permitir que a Justiça se partidarize – afirmou Jader.

Segundo o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o partido se orgulha pelo trabalho exercido em Goi-

ás, cuja ênfase no social rendeu altos índices de popularidade. Para ele, a visão de futuro de Iris Rezende fez de Goiás um estado desenvolvido.

– Os dois podem ficar tranquilos porque são inocentes – disse Carlos Bezerra.

O orgulho de trabalhar com Maguito e Iris foi destacado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). Na sua opinião, a dupla de ex-governadores jamais envergonharia o povo goiano e o PMDB.

– São políticos de reputação ilibada que engrandecem Goiás, e que pessoas inescrupulosas tentam manchar – declarou Marluce, que lamentou o envolvimento dos familiares dos que são acusados injustamente.

## Jader pede esclarecimentos a presidentes de tribunais

Após o pronunciamento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), pediu ao presidente Antonio Carlos Magalhães que, em nome do Senado, interpele os presidentes dos tribunais superiores a respeito das denúncias de que um deles teria "subtraído" documentos junto ao Ministério Público em Goiás. Segundo o líder, o "Ministério Público Federal e um juiz federal procuram envolver nesse episódio (denúncias de desvio de dinheiro da extinta Caixa Econômica do Estado de Goiás) membros desta Casa".

O presidente do Senado, em resposta a Jader, sugeriu que o requerimento fosse formalizado e encaminhado à Mesa. Ele esclareceu que atenderia em parte ao pedido, pois em vez de "interpelar" os presidentes dos tribunais, encaminharia ofícios "solicitando" esclarecimentos sobre as denúncias constantes da justificativa do juiz que determinou a prisão do suplente de senador.

No requerimento por escrito, Jader Barbalho atendeu à sugestão de Antonio Carlos e trocou o pedido de interpeleção por uma solicitação de esclarecimentos sobre o teor da sentença assinada pelo juiz federal substituto Alderico Rocha Santos. Na sentença, o juiz afirma que o ex-senador Otoniel Machado "através de um juiz presidente de um tribunal nacional (deixo de revelar o nome e o tribunal para preservar a imagem do mesmo) apropriou-se dos documentos que se encontravam na Procuradoria da República deste estado, relativos à investigação dos fatos em apuração".



Jader quer ouvir Judiciário sobre possível "subtração" de documentos em Goiás

# Índios pedem apoio para aprovar estatuto

Governador do Acre e representantes de povos indígenas encontram-se com os senadores Marina Silva, Jefferson Péres, Tião Viana e Heloísa Helena e reivindicam que projeto volte a tramitar na Câmara dos Deputados

Em reunião realizada na tarde de ontem com representantes de populações indígenas de diversos estados brasileiros e o governador Jorge Viana, do Acre, os senadores Marina Silva (PT-AC), Jefferson Péres (PDT-AM), Tião Viana (PT-AC) e Heloísa Helena (PT-AL) comprometeram-se a trabalhar para que o Estatuto do Índio volte a tramitar na Câmara dos Deputados. Eles também colocaram-se à disposição para interceder junto ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM), para que ele apresente seu parecer ao texto da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, sobre povos indígenas e tribais em países independentes.

A Convenção 169, aprovada na 76ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, no ano de 1988, encontra-se na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e tem como relator o senador Bernardo Cabral.

Os índios pediram aos senadores que conversassem com Cabral para que ele apresente seu parecer, mesmo que seja contrário à aprovação da Convenção. O senador Jefferson Péres comentou que o Senado não poderá autorizar a assinatura de uma convenção internacional se houver cláusulas conflitantes. Ele explicou que este não é um proble-

ma político, mas jurídico.

Falando em nome do Conselho Indígena, o presidente da entidade, José Roberto, pediu a intervenção dos senadores para ajudar na retomada da tramitação do Estatuto do Índio, que está parado na Câmara dos Deputados. Eles pediram que Marina Silva solicitasse ao presidente da Câmara, Michel Temer, uma audiência para discutir o assunto.

Na opinião dos índios, o momento de aprovar o estatuto é este, quando o Brasil está às vésperas de celebrar 500 anos do seu descobrimento. Eles acreditam que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso tem interesse na aprovação do projeto. Por isto, também pediram aos senadores que ajudem a marcar uma audiência com o presidente.

Marina Silva disse que o Bloco Oposição está disposto a lutar pelas solicitações dos índios. Ela sugeriu que, ao mesmo tempo em que os povos indígenas estão preparando uma pauta de reivindicações para apresentar ao presidente, também façam documentos semelhantes com sugestões aos governos dos estados e ao Congresso.

Já o senador Tião Viana, além de prestar seu apoio e comprometer-se em trabalhar para conseguir atender aos pedidos dos índios, colocou-



Tião Viana colocou-se à disposição para ajudar índios em questões de saúde

se à disposição, como médico que é, para defendê-los no que diz respeito às questões de saúde da população indígena. Heloísa Helena garantiu sua contribuição e solidariedade na tentativa de ampliar o debate no Senado para as questões que dizem respeito aos índios.

Último dos senadores a se pronunciar, Jefferson Péres falou de sua intenção em contribuir com a causa dos índios. "Pode ser que vocês não me conheçam muito bem, mas no que diz respeito a causas indígenas e ambientais, minha guru é a senadora Marina Silva. O que ela votar, eu acompanho", afirmou o senador pelo Amazonas.

## Maria do Carmo fala sobre luta feminina

Os fatores mais importantes na luta pela completa emancipação feminina são, na opinião da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), a conquista de mais e melhor educação, que favoreça o desenvolvimento intelectual e a capacitação para o trabalho. "Temos consciência de que só venceremos pela competência", afirmou.

A senadora proferiu palestra ontem, durante o segundo e último dia da 2ª Semana da Mulher, even-



Maria do Carmo: "Nós só venceremos pela competência"

to organizado pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Falando sobre a participação feminina na cultura, Maria do Carmo lembrou várias pioneiras na luta pelos direitos das mulheres e fez uma menção especial às artistas, que, sem temer a pecha de "mulheres públicas", muito contribuíram para desmistificar tabus em torno da participação feminina no mundo

da cultura.

A cineasta Liloye Boubli participou do evento, exibindo o filme de sua autoria *Tangerine Girls*. A diretora de teatro Tereza Padilha também abordou a relação das mulheres com a cultura e o fez através de uma performance com a participação de atores de sua companhia.

O evento contou, ainda, com a participação da secretária de Cultura do DF, Luíza Dornas, que destacou o papel de mulheres na arte, desde Chiquinha Gonzaga, a primeira maestrina brasileira, até a atriz Fernanda Montenegro, indicada ao Oscar deste ano.

## Alberto Silva tem proposta para atenuar seca

A cada dia surgem soluções criativas para que o Nordeste conviva



bem com a seca e gere renda para o nordestino. Uma delas é a do senador Alberto Silva (PMDB-PI), que deve encaminhar ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma propo-

posta para execução de um modelo de roça capaz de resistir à seca no Nordeste. É o que ele explica em entrevista à TV Senado, que irá ao ar hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Ele teve a idéia quando foi governador do Piauí, no período de 1987 a 1991, e adotou o projeto para plantar sementes no semi-

árido, onde vivem 200 famílias. Pela proposta, a água da chuva pode ser conservada por mais tempo, com a construção de valas, e a utilização de um mineral chamado vermiculita, que ajuda a manter a umidade das valas por até 50 dias, garantindo uma safra normal.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 – *Senado em Pauta*  
7h – *Saúde Todo Dia* – Musculação  
7h30 – *Especial Unip* – Rim e pressão arterial  
7h55 – *Senado em Pauta*  
8h – *Saúde Todo Dia* – Ginástica Olímpica  
8h30 – *Jornal do Senado*  
8h55 – *Senado em Pauta*  
9h – *Sessão Plenária* (ao vivo)  
12h30 – *Entrevista* – O senador Alberto Silva fala sobre o novo modelo agrícola para o Nordeste  
12h55 – *Senado em Pauta*  
13h – *Cores do Brasil* – Sergipe  
13h30 – *Consulta Marcada* – O pediatra Antônio Lisboa fala sobre os cuidados que devemos ter com recém-nascidos  
14h30 – *Sessão Plenária* (reapresentação)  
18h30 – *Entrevista* – O senador Alberto Silva fala sobre o novo modelo agrícola para o Nordeste  
19h – *Palestra* – O poder de persuasão nas apresentações públicas  
20h – *Cores do Brasil* – Amazonas  
20h30 – *Entrevista* – O senador Alberto Silva fala sobre o novo modelo agrícola para o Nordeste  
21h – *Jornal do Senado*  
21h15 – *Consulta Marcada* – O pediatra Antônio Lisboa fala sobre os cuidados que devemos ter com recém-nascidos  
21h55 – *Senado em Pauta*  
22h – *Espaço Cultural* – "Coral do Senado - 2 anos"  
22h55 – *Senado em Pauta*  
23h – *Consulta Marcada* – O pediatra Antônio Lisboa fala sobre os cuidados que devemos ter com recém-nascidos  
0h – *Especial* – Bailarina Márcia Aidê em *A Bela Adormecida*

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – Agenda Senado  
Em seguida – Música e informação  
9h – Sessão Plenária (ao vivo)

Em seguida – Música e informação  
19h – "A Voz do Brasil"  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"  
Em seguida – Música e informação  
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida – Música e informação

#### AMANHÃ

10h30 – "Autores e Livros" – O entrevistado desta semana é o filósofo, professor titular de Teoria Psicanalítica na UFRJ e autor de romances policiais Luiz Alfredo Garcia-Roza. A apresentação é da professora Margarida Patriota  
11h – "A Música Erudita" – Sexto programa do pianista Claudio Arrau, que interpreta o *Concerto nº 1 em Ré Menor para Piano e Orquestra*, de Johannes Brahms, em seus três movimentos. A apresentação é do senador Artur da Távola  
16h – "A Música do Brasil" – O programa faz uma homenagem ao cantor Tim Maia, que interpreta algumas de suas melhores composições, como: *Azul da Cor do Mar, Só quero Amar, Primavera, Não quero Dinheiro* e outras. A apresentação é do senador Artur da Távola  
20h – "Instrumental de Ouro" reprisa a entrevista com a flautista Odete Ernest Dias  
22h – "Essa Bossa Sempre Nossa" – O tema desta semana é a influência estrangeira sobre o que é genuinamente nacional. A apresentação é do senador Artur da Távola

#### DOMINGO

11h – "A Música Erudita" (reprise)  
17h – "Essa Bossa Sempre Nossa" (reprise)  
19h30 – "Autores e Livros" (reprise)  
22h – "A Música do Brasil" (reprise)



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000, 0 FD 1,17,1,7

## Educação será presidida por Freitas Neto



Freitas Neto

A Comissão de Educação, encarregada de analisar a concessão de emisoras de rádio e televisão e de opinar sobre assuntos científicos e tecnológicos, além de temas educacionais, elegeu para sua presidência, ontem, o senador Freitas Neto (PFL-PI), que ocupará o cargo nos próximos dois anos. Para a vice-presidência, foi escolhida a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES).

Ao tomar posse, Freitas Neto afirmou que pretende seguir à risca o Regimento Interno, a seu ver o caminho para se evitar que algum partido seja beneficiado na comissão. Com 27 senadores titulares e 27 suplentes, a Comissão de Educação trata de dezenas de assuntos na área educacional, cultural, desportiva, de ensino, de diversões públicas, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, rádio, televisão, criação científica e atividades nucleares.

Nos últimos dois anos, a comissão foi presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e apreciou 87 matérias só no ano passado. Três delas mereceram destaque da imprensa do país – a Lei Pelé, a criação das rádios comunitárias e a proteção e comercialização da propriedade intelectual de programas de computador.

A Lei Pelé fez mudanças profundas na legislação desportiva, entre elas o fim da lei do passe (em três anos), a exigência para que os clubes se transformem em dois anos em sociedades comerciais ou civis e a autorização para que realizem bingos. Já as rádios comunitárias têm se mostrado da maior importância para bairros e comunidades, que passam a dispor de um meio de comunicação voltado só para seus assuntos (a rádio é de baixa potência, em frequência modulada). Por sua vez, o projeto sobre *software* equipara a propriedade intelectual de programa de computador à de obras literárias.

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PMDB: Amir Lando (RO), Fernando Bezerra (RN), Gerson Camata (ES), Iris Rezende (GO), José Sarney (AP), Pedro Simon (RS) e Roberto Requião (PR). Ainda não foram feitas duas indicações.

PFL: Hugo Napoleão (PI), Freitas Neto (PI), Djalma Bessa (BA), José Jorge (PE), Jorge Bornhausen (SC), Eduardo Siqueira Campos (TO) e Juvêncio da Fonseca (MS)

PSDB: Alvaro Dias (PR), Artur da Távola (RJ), Luzia Toledo (ES), Romero Jucá (RR) e Teotônio Vilela Filho (AL)

BLOCO OPOSIÇÃO: Emília Fernandes (PDT-RS), Heloísa Helena (PT-AL), Marina Silva (PT-AC), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Sebastião Rocha (PDT-AP)

PPB: Luiz Otávio (PA)

# Eleito para a CAS, Osmar quer debate sobre questões sociais

Comissão elege como vice-presidente Heloísa Helena, que promete esforço para superar as “tragédias familiares” que acontecem no país

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) elegeu ontem como seu presidente o senador Osmar Dias (PSDB-PR). A vice-presidência será ocupada pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), sufragada na mesma eleição. O pleito foi presidido pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA), que desejou sucesso aos novos dirigentes da comissão.

Osmar Dias agradeceu a confiança do líder de seu partido, Sérgio Machado (CE), que o indicou para o cargo. Agradeceu também aos outros partidos, ressaltando a unanimidade de sua eleição, apesar de um protesto inicial do Bloco Oposição, que manifestou desejo de manter a presidência da CAS.

O presidente da CAS disse que a agenda social deverá ser o principal ponto de debates este ano no país. Reconhecendo que não só a oposição tem críticas ao desempenho do governo na área social, afirmou que pretende oferecer novas



Osmar Dias

oportunidades de ação a partir de uma agenda de discussão sobre todas as questões sociais importantes no momento.

Para o senador, o primeiro ponto de atuação da comissão deverá ser a questão salarial, seguida do desemprego. Solicitou aos integrantes da comissão que sugiram temas para a pauta de discussão a ser montada. Pediu também

pontualidade aos parlamentares, anunciando que as reuniões serão realizadas às quartas-feiras, às 10 horas.

Heloísa Helena também agradeceu ao Bloco Oposição a confiança por sua indicação. Lembrou que a disputa inicial pela presidência da CAS caracteriza sua importância no Senado. Afirmou que a comissão poderá ajudar “a superar as tragédias familiares que têm acontecido em nosso país, como alternativa para vencer a situação de fome e de miséria”.

Em nome da bancada do PSDB e de seu líder, o senador Paulo Hartung (ES) desejou sucesso aos novos dirigentes e felicitou a intenção de se montar uma agenda positiva de discussão, concordando com Heloísa Helena quanto ao fato de que a diminuição da atividade econômica no país dramatiza a vida de “milhares e milhares de famílias”.

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) disse esperar que a CAS consiga ajudar a “eliminar os flagelos sociais”. Ele manifestou sua alegria pela indicação de uma mulher, pelo Bloco Oposição, para a vice-presidência da CAS, pela maior sensibilidade inata do sexo feminino.

### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PMDB: Carlos Bezerra (MT), Gilvam Borges (AP), José Alencar (MG), Luiz Estevão (DF), Maguito Vilela (GO) e Marluce Pinto (RR)

PFL: Jonas Pinheiro (MT), Bello Parga (MA), Djalma Bessa (BA), Geraldo Althoff (SC), Moreira Mendes (RO), Maria do Carmo Alves (SE), Eduardo Siqueira Campos (TO) e Mozarildo Cavalcanti (RR)

PSDB: Antero Barros (MT), Luiz Pontes (CE), Lúcio Alcântara (CE), Osmar Dias (PR), Paulo Hartung (ES) e Sérgio Machado (CE)

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS): Geraldo Cândido (PT-RJ), Marina Silva (PT-AC), Emília Fernandes (PDT-RS), Heloísa Helena (PT-AL) e Tião Viana (PT-AC)

PPB: Leomar Quintanilha (TO)

## Emília dirige Infra-Estrutura

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS), integrante do Bloco Oposição, é a nova presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A eleição ocorreu na manhã de ontem, ficando adiada, até a próxima reunião, a escolha do nome que ocupará a vice-presidência.

A líder do bloco, senadora Marina Silva (PT-AC), apesar de fazer críticas ao processo de escolha das mesas diretoras das comissões, disse que a oposição tem grandes expectativas acerca do trabalho a ser realizado pela CI. Afirmou, ainda, que a presidência do órgão será exercida com “espírito de responsabilidade”.

O chamado “imposto verde” e mudanças na estrutura administrativa da Companhia do Vale do São Francisco (Chesf) e da Eletronorte estão entre os assuntos que serão analisados pela comissão, que é composta por 23 integrantes.



Emília Fernandes

### COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

PMDB: Alberto Silva (PI), Gerson Camata (ES), Marluce Pinto (RR) e Mauro Miranda (GO)

PFL: José Agripino (RN), Paulo Souto (BA), Mozarildo Cavalcanti (RR), Moreira Mendes (RO) e Juvêncio da Fonseca (MS)

PSDB: José Roberto Arruda (DF), Luiz Pontes (CE), Osmar Dias (PR), Romero Jucá (RR) e Teotônio Vilela (AL)

BLOCO OPOSIÇÃO: Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Emília Fernandes (PDT-RS), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Roberto Freire (PPS-PE)

Existem ainda quatro vagas a serem ocupadas pelo PMDB.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) também integra a comissão, em vaga cedida pelo PFL.

## Jucá investigará obras inacabadas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) foi eleito ontem presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), para um mandato de dois anos. O vice-presidente será o senador Romeu Tuma (PFL-SP). Jucá afirmou em discurso, logo após a posse, que pretende investigar as causas das obras inacabadas do país.

– Estamos dispostos a investigar toda denúncia de desvio de dinheiro público, investigar as causas das obras inacabadas por todo o país, e muito mais que a sociedade trouxe até nós – disse.

Romeu Jucá observou que, apesar de pouco conhecida, a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado “é uma das mais importantes, que fiscaliza a aplicação do dinheiro público pelo governo e onde a sociedade pode exercer o controle dos gastos”. A comissão, com 17 titulares e nove suplentes, foi instalada numa sessão realizada na manhã de ontem.

A CFC é encarregada de opinar sobre matérias que tratam de transportes, obras públicas, minas, recursos geológicos e hídricos e serviços de telecomunicações.



Romero Jucá

### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PMDB: Alberto Silva (PI), Djalma Falcão (AL), João Alberto (MA), Marluce Pinto (RR), Ney Suassuna (PB) e Wellington Roberto (PB)

PFL: Hugo Napoleão (PI), Geraldo Althoff (SC) e Romeu Tuma (SP) Ainda não foi feita uma indicação e a quinta vaga foi cedida ao PPB

PSDB: Carlos Wilson (PE), Luiz Pontes (CE) e Romero Jucá (RR)

BLOCO OPOSIÇÃO: Eduardo Suplicy (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Jefferson Péres (PDT-AM)



Marina Silva criticou a “postura de intransigência” da maioria governista

## Marina lamenta quebra da tradição

A líder do Bloco Oposição no Senado, Marina Silva (PT-AC), comunicou ontem que, concretizada a “postura de intransigência” da maioria governista e “a quebra das regras do jogo em meio ao jogo”, a bancada opositora indicaria a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) à presidência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A senadora Heloísa Helena (PT-AL) seria indicada pelo bloco à vice-presidência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). – Entendemos que, dentro da Casa, nenhuma comissão é periférica. Quem faz a comissão ser mais ou menos importante somos nós. Quando assumi o mandato no Senado, a Comissão de Assuntos Sociais era considerada periférica e nós a fizemos respeitada e atuante – afirmou.

Marina reiterou que, conforme a tradição do Senado, as presidências das comissões são indicadas pelos partidos ou blocos de partidos, em ordem estabelecida pelo tamanho relativo de cada bancada. Desse modo, acrescentou, a escolha das presidências de comissões caberia ao PMDB, PFL, PSDB e bloco, nessa ordem, mas a tradição foi rompida para destinar ao bloco a 7ª escolha, disse.

Quando a minoria é massacrada pela maioria, continuou a líder, só lhe resta o recurso aos meios institucionais que garantem o exercício dos mandatos parlamentares, como a Constituição e o Regimento Interno do Senado.

A Comissão de Infra-Estrutura, antecipou a senadora, apreciará matérias importantes como o chamado “imposto verde” – para destinar recursos à pavimentação de estradas – e a cisão entre a Companhia do Vale do São Francisco (Chesf) e a Eletronorte. Também deverá fazer a avaliação de um ano de privatização da Telebrás do ponto de vista do consumidor, acrescentou.

“É com espírito de responsabilidade com os problemas do país que vamos assumir a Infra-Estrutura”, reafirmou.

# Senado aprovou sete matérias nesta semana

Propostas votadas pelos senadores em plenário já chegam a 83 no ano de 1999, incluída a convocação extraordinária. Ontem, destaque foi a aprovação do projeto sobre as organizações não-governamentais

O Senado aprovou sete matérias nesta semana (8 a 11 de março), elevando para 83 o número das proposições apreciadas pelo plenário no ano de 1999 – incluindo-se, neste número, o trabalho realizado durante a convocação extraordinária.

Entre os projetos aprovados nesta semana está o que disciplina a ação das organizações da sociedade civil de interesse público, ou organizações não-governamentais (ONGs), e também estabelece termos para parcerias dessas entidades com os governos federal, estadual e municipal.

A oportunidade da instalação do Conselho de Comunicação Social foi debatida na quarta-feira, quando eram votadas duas das quatro autorizações de renovação de concessões de emissoras de rádio aprovadas em plenário nesta semana. Ontem, foi devolvido à Comissão de Assuntos Sociais substitutivo a proje-

▼ Matérias apreciadas pelo Senado (de 8 a 11 de março de 1999)	
Projetos aprovados e enviados à promulgação	6
Projetos aprovados e enviados à sanção	1
▶ Total de matérias apreciadas	7

  

▼ Matérias apreciadas pelo Senado (de 6 de janeiro a 11 de março de 1999)	
Na convocação extraordinária	55
Na sessão legislativa ordinária	28
▶ Total de matérias apreciadas	83

to da Câmara estabelecendo que os motivos da dispensa por justa causa deverão constar de comunicação por escrito feita pelo empregador ao funcionário.

Na sessão plenária de terça-feira, os senadores autorizaram a contratação de empréstimos externos no valor de US\$ 366 milhões para o governo do Rio de Janeiro, derrubando

o parecer contrário do Banco Central. Os recursos destinam-se a projetos de saneamento básico na Baixada Fluminense e melhoria do sistema de transporte metropolitano.

Ainda nesta semana, foram instaladas seis comissões permanentes. José Agripino Maia (PFL-RN) foi eleito presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e seu vice é Ramez Tebet (PMDB-MS). José Sarney (PMDB-AP) foi reconduzido à presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), tendo como vice o senador Carlos Wilson (PSDB-PE).

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o presidente será Osmar Dias (PSDB-PR), tendo Heloísa Helena (PT-AL) como vice. Na Comissão de Educação, Freitas Neto (PFL-PI) e Luzia Toledo (PSDB-ES) ocuparão a presidência e a vice.

Emília Fernandes (PDT-RS) presi-

dirá a Comissão de Infra-Estrutura (o vice ainda não foi eleito) e, na Comissão de Fiscalização e Controle, Romero Jucá (PSDB-RR) e Romeu Tuma (PFL-SP) foram os escolhidos pelos partidos.

Na terça, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou as indicações de Amauri Serralvo e João Bosco da Fonseca para integrarem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e de Walton Alencar Rodrigues para ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

No mesmo dia, a CAE decidiu também expedir convites para compadimento à comissão das seguintes autoridades: ministro da Fazenda, Pedro Malan; presidente do Banco Central, Arminio Fraga; ministro Raul Jungmann, de Política Fundiária; presidente do BNDES, José Pio Borges; e o economista Paulo Rabelo de Castro.

## Simon homenageia *Correio Braziliense*

O recente prêmio conquistado pelo *Correio Braziliense* na área de planejamento gráfico, concedido pela Society for News Design, e a modernização do *Jornal de Brasília* foram destacados pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS)



Simon disse que imprensa brasiliense sempre foi "atuante e competente"

como fatos que dão uma boa noção do esforço de aprimoramento que marca não apenas a imprensa da capital do país, mas de toda a área da mídia impressa brasileira:

– Tradicionalmente, Brasília sempre teve um jornalismo muito atuante e competente, cobrindo os principais eventos da vida política e econômica. Agora, a essa reconhecida qualidade editorial vem se juntar a qualidade gráfica.

Ele acrescentou que, como não pôde estar presente à sessão solene de homenagem ao *Correio Braziliense*, promovida pelo Senado, enviaria agora os votos de congratulações às pessoas que fazem aquele jornal.

Pedro Simon ressaltou também como fato da maior relevância a campanha de mobilização intitulada "Paz no Trânsito", promovida no ano retrasado pelo *Correio Braziliense*. Por causa dessa exitosa cam-

panha, disse o senador, hoje, em Brasília, ele se sente encorajado a atravessar as ruas sem se preocupar em ser atropelado:

– O prêmio recebido agora pelo *Correio Braziliense* é o coroamento de um projeto de modernização que está com-

pletando cinco anos. Começou pela redação, passou pela informatização e desembocou, afinal, no projeto gráfico. O sucesso da modernização do jornal, comandada pelo seu presidente Paulo Cabral e pelo seu diretor Ricardo Noblat, está patente também no grande número de prêmios ganhos pelo *Correio* ao longo dos últimos anos – afirmou.

Na avaliação de Pedro Simon, o processo de modernização do *Jornal de Brasília*, comandado pelos jornalistas Luiz Gutemberg e João Borges, também culmina agora com a mudança da apresentação gráfica. "Estão de parabéns os diretores desse jornal que há mais de 20 anos presta bons serviços à comunidade brasiliense, da qual nós, os políticos, que aqui passamos boa parte de nossas vidas, também fazemos parte", concluiu.

## Mauro elogia associação ambiental em GO

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou a política de proteção ambiental adotada pelos 25 municípios que compõem a Associação do Vale do Rio dos Bois, entidade administrada por Engell Santos e pela ambientalista Sônia Maria França. O senador disse que, apesar de sua importância para o abastecimento de água para Goiânia, o Rio dos Bois vem sofrendo ação devastadora de resíduos industriais, e a associação tem sido um instrumento de defesa e de preservação, "pela iniciativa de um grupo de homens cons-

cientes de sua responsabilidade em face de uma das regiões mais belas do nosso estado".

As ações desenvolvidas pela associação e a necessidade de formação de uma consciência ambiental, de modo especial entre crianças e jovens, inspiraram o lançamento do livro *Educação e Meio Ambiente do Vale do Rio dos Bois*, de autoria da educa-



Segundo Mauro, livro quer despertar consciência ecológica e planetária

dora e historiadora Sônia Maria França, anunciou.

Com linguagem agradável e de fácil compreensão, continuou Mauro, o livro ensina que a natureza e o homem fazem parte do mesmo universo e adverte que, com a proximidade do século 21, deve-se cuidar logo da formação de uma consciência ecológica ou de uma consciência de cidadania planetária.

## Lando considera mau negócio a venda das teles

O senador Amir Lando (PMDB-RO) acusou o governo federal de ter efetuado um mau negócio nas privatizações das empresas Telesp (fixa e celular), Tele Sudeste Celular e Tele Leste Celular, ao permitir que 60% do valor dessas empresas fossem pagos em parcelas, a última delas vencível no próximo mês de agosto. Segundo o senador, o prejuízo para os cofres do Tesouro decorrente dessa transação foi de cerca de US\$ 1,8 bilhão.

Ele explica que, no auge da recente crise cambial, o Banco Central recorreu a um adiantamento do di-



Lando: teles lucraram uma fortuna emprestando dólares ao Brasil

nheiro que tinha a receber dos compradores espanhóis e portugueses visando incrementar o ingresso de dólares no país, pelo qual concordou em pagar juros em dólar sobre US\$ 3,9 bilhões:

– Pois bem, pelo tal "empréstimo" ou antecipação, ficou estabelecido que o país pagará 11,875% ao ano. Ocorre, porém, que o pagamento pelas teles foi feito em reais, enquanto o adiantamento foi feito em dólares – disse, informando que, na conversão das moedas, a Telefônica de Espanha teve um lucro de US\$ 1,074 bilhão, enquan-

to outras duas companhias lucraram US\$ 720 milhões.

Os dados foram divulgados pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Amir Lando afirmou que essa operação prova que os estrangeiros "receberam de graça" as companhias privatizadas, em nome da credibilidade do país no exterior. "Não é à toa que os investidores internacionais continuam acreditando no Brasil", ironizou.

No entender do senador, operações como essa das privatizações e ainda a do Proer, por exemplo, demonstram que o Estado brasileiro deve ser objeto de uma ampla discussão, uma vez que não cumpre suas obrigações públicas e continua a favorecer uma "minoridade privilegiada".